

Luís Roberto  
Barroso  
desigualdade  
impunidade  
meio ambiente  
corrupção  
racismo  
educação  
**sem data venia**

um olhar sobre o Brasil e o mundo

**R**  
HISTÓRIA REAL

© 2020 Luís Roberto Barroso

REVISÃO

Ana Lessa

DIAGRAMAÇÃO

Equatorium Design

DESIGN DE CAPA

Angelo Bottino

FOTO DO AUTOR

Mateus Bonomi / AGIF / AP Photo / Glow Images

REVISÃO DE E-BOOK

Cristiane Pacanowski | Pipa Conteúdos Editoriais

Laura Zúñiga | Zúñiga Consultoria Textual

GERAÇÃO DE E-BOOK

Joana De Conti

E-ISBN

978-65-87518-06-0

Edição digital: 2020

1ª edição

Todos os direitos desta edição reservados à  
História Real, um selo da Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 — Gávea

Rio de Janeiro — RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

[www.historiareal.intrinseca.com.br](http://www.historiareal.intrinseca.com.br)

# SUMÁRIO

[\[Avançar para o início do texto\]](#)

Capa

Folha de rosto

Créditos

Mídias sociais

INTRODUÇÃO

O tempo que nos toca viver

PARTE I

UMA VISITA AO PASSADO

I. BREVE RELATO NA PRIMEIRA PESSOA

Vassouras

Rio de Janeiro

Estados Unidos

Brasília

2. OS ANOS DE DITADURA

A morte de Vladimir Herzog

O atentado do Riocentro

A campanha pelas Diretas Já

3. A REDEMOCRATIZAÇÃO

Um pingo de história: de 1808 a 1988

Do regime militar à democracia constitucional

A Constituição de 1988: vícios e virtudes

## PARTE II

UM OLHAR SOBRE O MUNDO

### I. ALGUMAS LIÇÕES DO SÉCULO XX

Distopias, desejos e realidade

O mundo melhorou muito: o avanço dos valores iluministas

A importância decisiva das instituições

### 2. TRANSFORMAÇÕES E AFLIÇÕES DO SÉCULO XXI

A revolução tecnológica

A crise da democracia

O aquecimento global

## PARTE III

UM OLHAR SOBRE O BRASIL

## POLÍTICA

### I. CORRUPÇÃO

As raízes do atraso

Nada será como antes

### 2. LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Da caverna à internet

O cenário no Brasil, no mundo e os novos desafios

### 3. POBREZA E DESIGUALDADE

A causa inacabada da humanidade

#### 4. EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

O atraso e o futuro

#### 5. REFORMA POLÍTICA

Hiperpresidencialismo, fisiologismo e instabilidade

Em qual deputado você votou na eleição passada?

### COSTUMES

#### I. JEITINHO BRASILEIRO

Por que a gente é assim?

#### 2. INTERRUÇÃO DA GESTAÇÃO

Por que a criminalização do aborto é uma política errada

#### 3. DROGAS

A guerra perdida: como virar o jogo

#### 4. DIREITOS LGBTI+ E UNIÕES HOMOAFETIVAS

O que vale a vida são nossos afetos

#### 5. RACISMO

Dívidas históricas, ações afirmativas e os caminhos da igualdade racial

### DIREITO

#### I. VIGIAR E PUNIR

Para que serve o direito penal?

#### 2. LIBERDADE RELIGIOSA E ESTADO LAICO

O lugar da religião no mundo contemporâneo

3. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A tênue fronteira entre o direito e a política

4. A JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA NO BRASIL

Nem tudo pode ser resolvido nos tribunais

5. QUINZE DECISÕES HISTÓRICAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Empurrando a história

ECONOMIA

1. A pandemia da Covid-19

As múltiplas dimensões da crise

2. PÓS-PANDEMIA

E se fizéssemos diferente?

3. AMAZÔNIA, CRIMES AMBIENTAIS E DESPRESTÍGIO GLOBAL

Com mudar a lógica da destruição da floresta

4. LIVRE INICIATIVA

Como superar a dependência do Estado

5. JUSTIÇA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reforma tributária, habitação popular e saneamento básico

CONCLUSÃO

Três pactos

FOTOGRAFIAS

NOTAS

SOBRE O AUTOR

LEIA TAMBÉM

*Para minha mãe Judith, que em curta passagem pela vida  
encheu-me de afeto e alegria. Para meu pai, Roberto, que às  
vésperas dos 90 anos ainda plantava árvores.*

*Para Miriam e César, parceiros queridos nessa longa  
caminhada.*

*Para Tereza, Luna e Bernardo, pela vida adorável que temos  
vivido juntos.*



# INTRODUÇÃO

## O tempo que nos toca viver

“Creia nos que buscam a verdade. Duvide dos  
que a encontram.”

ANDRÉ GIDE

A atriz Ingrid Bergman declarou, certa vez, que a felicidade consiste em ter boa saúde e má memória. A frase é uma delícia. Não ter problemas físicos ou mentais, assim como não guardar rancor ou maus sentimentos são, de fato, ingredientes relevantes para uma vida boa. Eu acrescentaria mais alguns. Ter amor pelo que se faz e pelas pessoas que nos cercam. Ter ideal para viver além e acima dos proveitos pessoais. Fazer de si próprio a pessoa que você pode e gostaria de ser. E, quando chegar a hora de as cortinas se fecharem, ter no coração a certeza de que, se preciso fosse, começaria tudo outra vez. O convite para que eu escrevesse este livro permitiu-me lançar um olhar sobre a minha própria vida, o Brasil e o mundo. Sou grato a Roberto Feith e à Editora Intrínseca por me proporcionarem essa oportunidade.

A propósito, o livro é dividido em três partes, que podem ser lidas autonomamente. Na primeira, faço uma visita ao passado, reconstituindo brevemente minha trajetória e a maneira como vivenciei fatos históricos importantes. Na segunda, lanço um olhar sobre o mundo, destacando algumas das lições do século XX e refletindo sobre algumas aflições dos tempos atuais, da revolução tecnológica à mudança climática. E na terceira e última parte, compartilho minhas ideias acerca

de alguns dos principais temas da vida brasileira contemporânea, na política, nos costumes, no direito e na economia.

A vida, generosamente, permitiu-me concretizar muitos dos meus sonhos de juventude. Os de natureza estritamente privada — família amorosa, amigos queridos e realizações profissionais — me trouxeram a felicidade possível, mas deixo-os de fora do livro. No espaço público, meus dois grandes sonhos eram os de ser professor — sobretudo um professor — e de contribuir para fazer um país melhor e maior. Também fui advogado, no tempo que sobrou. Atuei em causas de interesse público e, igualmente, em causas privadas, que me proporcionaram uma vida materialmente confortável. Não gosto de minimizar, demagogicamente, esse fato. Quando já me preparava para uma fase de mais introspecção, espiritualidade e poesia, fui parar no Supremo Tribunal Federal. Não têm sido tempos banais. Mas a gente deve cumprir com alegria as missões que a vida nos dá.

Meu sonho de ser professor realizou-se em toda a extensão imaginável. Ainda hoje dou aulas regularmente na graduação e na pós-graduação, oriento teses, participo de bancas de seleção de professores, dou palestras pelo Brasil e pelo mundo, bem como mantenho vínculo acadêmico com uma importante instituição no exterior. E, mais gratificante que tudo, tenho gerações de ex-alunos que fazem sucesso em áreas diversas da vida brasileira, da magistratura ao Itamaraty. Quanto a fazer um país melhor e maior, a realização é parcial, mas não menos importante.

Para se ter uma ideia da trajetória que percorremos como país e como consciência cívica, gosto de lembrar as preocupações que me afligiam naquela segunda metade dos anos 70 do século passado, quando ingressei na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Eram elas: como acabar com a tortura, que manchava de

desonra a história do país; como acabar com a censura, que limitava a capacidade crítica das pessoas; como criar instituições democráticas, em um país e em um continente de tradição de quebras da legalidade constitucional. Basta fazer o contraste com os dias atuais para constatar que a qualidade das nossas preocupações melhorou muito. E, apesar das aflições e frustrações do nosso tempo, gosto de lembrar, não sem uma ponta de orgulho, que a nossa geração derrotou a ditadura militar, a hiperinflação e obteve resultados expressivos sobre a pobreza extrema. É preciso não se deixar hipnotizar pelo que aconteceu de ruim: as conquistas dessas décadas de democracia foram muito expressivas. Temos andado na direção certa, ainda quando não na velocidade desejada.

Por evidente, não me passa despercebido o fato de que o país foi alcançado, já faz alguns anos, por uma tempestade perfeita. Há um prolongado mal-estar na *política*, que tem como um dos seus marcos o trauma do *impeachment* de 2016, que gerou ressentimento e foi acompanhado por uma polarização exacerbada. No plano *econômico-social*, desde o final de 2014, temos vivido recessão, desinvestimento, desemprego e crescimento inexpressivo. Sem mencionar o desencontro ético do país, que se evidenciou no Mensalão e explodiu com a Operação Lava Jato. Uma espantosa naturalização das coisas erradas, que se materializavam em desvios de dinheiro público, propinas e achaques. Em meio a tudo isso, nos primeiros meses de 2020, sobreveio a crise multidimensional representada pela pandemia da Covid-19.

Sem fugir do lugar comum, crises são pontos de partida dos grandes projetos de transformação. Ao descobrir-se aquém do seu destino, devastado por uma corrupção desmoralizante, por um setor público contaminado pela mediocridade e um setor privado repleto de vícios civilizatórios, a sociedade brasileira, entre perplexa, indignada e cheia de

autocrítica, vai desenvolvendo uma nova consciência. O Brasil vive um momento de refundação. Há uma velha ordem sendo empurrada para a margem da história e uma nova ordem chegando como luz ao final da madrugada. Não me refiro a governos, sejam eles quais forem, mas à cidadania e suas novas atitudes. O dia começa a nascer quando a noite é mais profunda. A claridade, porém, não é imediata. A elevação da ética pública e da ética privada no Brasil é trabalho para mais de uma geração. A notícia boa é que já começou. Mas a história tem seu próprio tempo.

O processo de transformação envolve um choque de iluminismo, idealismo e pragmatismo. Historicamente, *iluminismo* designa um abrangente movimento filosófico que revolucionou o mundo das ideias ao longo do século XVIII. Foi o ponto culminante de um ciclo iniciado com o Renascimento, no século XIV, e que teve como marcos a Reforma Protestante, a formação dos Estados nacionais, a chegada dos europeus à América e a Revolução Científica. Os ideais do Iluminismo são, desde então, razão, ciência, humanismo e progresso.<sup>1</sup> Iluminismo é um antídoto contra muitos dos males do nosso tempo: autoritarismo, fanatismo religioso, tribalismo, radicalismo, intolerância política, entre outros. O Iluminismo mudou o patamar da condição humana e da convivência entre pessoas e entre os povos. Em relação a isso, cabe uma advertência importante: parte das nossas aflições contemporâneas não se devem a sinais de decadência, mas sim ao fato de que nossos padrões de exigência se elevaram.

*Idealismo* significa a capacidade de imaginar uma realidade diferente, maior e melhor, estabelecendo objetivos que estejam além do interesse imediato e dos projetos próprios de cada um.<sup>2</sup> Pensar o mundo como deve ser. O ideal está para a vida pública como o amor está para a vida privada. Ambos significam dar à vida uma dimensão transcendente, que faz com que ela seja mais do que a mera sobrevivência física, o acúmulo

de bens, a satisfação de prazeres sensoriais ou conquistas pessoais. A vitória sobre o despotismo, a abolição da escravatura, a liberdade religiosa, bem como a igualdade entre raças ou entre homens e mulheres já foram ideais remotos, antes de percorrerem a longa trajetória que paulatinamente os foi transformando em realidade. Para deixar claro: idealismo não é moralismo, nem perfeccionismo. Ao contrário, é um projeto emancipatório, para que cada pessoa seja o melhor que de fato pode ser.

Por fim, *pragmatismo* significa, em essência, que o mérito de uma ideia, de uma política pública ou das ações em geral se mede pelos resultados práticos que são capazes de produzir. O significado das coisas e a verdade de qualquer proposição são determinados pela experiência e pelas consequências sobre o mundo real e a vida das pessoas, e não por dogmas ou teorias. O pragmatismo deve ser visto com cautela e temperamentos, mas é preciso superar o padrão de retórica vazia e descompromissada da realidade que ainda caracteriza a atuação estatal no Brasil, onde políticas públicas são praticadas por anos a fio sem qualquer monitoramento ou avaliação de resultados. Há muitas sutilezas e complexidades que não poderão ser exploradas aqui. Porém, não estando em jogo valores ou direitos fundamentais, o papel de qualquer agente público — seja o juiz, o legislador ou o administrador — é adotar o curso de ação que produza os melhores resultados para a sociedade, aferidos com base em pesquisa séria, dados concretos e informações.

Iluminismo, idealismo e pragmatismo contêm em si os valores de que o país precisa para furar o cerco, romper círculos viciosos e encontrar o seu destino. Reitero, ao concluir essa Introdução, a minha confiança nas potencialidades do Brasil e nas instituições democráticas. E compartilho uma de minhas convicções mais profundas: a de que a

história é um fluxo contínuo na direção do bem, da justiça e do avanço civilizatório. E mesmo quando, olhando da superfície, tudo pareça cinzento e desanimador, ela flui como um rio subterrâneo no curso que lhe cabe seguir. Os países, como as pessoas, passam pelo que têm que passar, no aprendizado constante que leva ao aprimoramento existencial e ao progresso social.

# PARTE I

## UMA VISITA AO PASSADO

## CAPÍTULO I

# BREVE RELATO NA PRIMEIRA PESSOA

### Vassouras

Nasci em Vassouras, uma adorável cidade na serra, a duas horas do Rio de Janeiro. Era a terra da família de meu pai, Roberto. A família de minha mãe, Judith, era de origem judaica e veio de longe. Meu avô Elias era de Salônica, na Grécia, e minha avó Zafira, de Esmirna, à época Grécia, hoje Turquia. Minha mãe foi criada em Montevideú, no Uruguai, até os 17 anos, quando veio para o Brasil, onde já se encontrava uma parte da família. Aqui cursou a Faculdade Nacional de Direito, e lá conheceu meu pai. Casaram-se e tiveram a mim e a minha irmã, Miriam.

Vassouras foi um marco na minha vida. Até hoje acho a Praça Barão de Campo Belo, no centro da cidade, uma das mais bonitas do mundo — e olha que já rodei um bocado —, com o gramado bem tratado, os bancos e o chafariz, cercados de um casario colonial bonito e preservado. O cine Centenário, da minha infância, virou Igreja Universal. Cheguei a frequentar o jardim de infância na cidade, no Ginásio de Vassouras, de propriedade da vovó Maria. Ela não era minha avó de verdade, mas, sim, do Cazuzá, meu conterrâneo e contemporâneo, que viria a se tornar um cantor e poeta popular de sucesso. Nossas famílias eram amigas. Algum tempo atrás, o colunista Ancelmo Gois publicou uma foto minha e dele, aos 4 ou 5 anos, ambos numa inominável fantasia de tirolês. O que as mães não fazem com os filhos.



Saí de Vassouras aos cinco anos, em 1963, quando meu pai passou em um concurso para Promotor de Justiça. Fomos então morar no Rio, na rua Duvivier, em Copacabana. Chegamos a tempo de ver o Flamengo ser campeão carioca, na minha primeira ida ao Maracanã. Bom, *ver* talvez seja exagero. Fomos toda a família para o estádio, de Vemaguet. Marinheiros de primeira viagem, chegamos em cima da hora do jogo. Compramos ingresso e subimos a rampa, surpreendentemente vazia. Ao chegarmos às arquibancadas, no entanto, deparamo-nos com uma parede humana intransponível. Havia mais de 100 mil pessoas no estádio. Mal consegui ver o gramado, sentado sobre os ombros do meu pai. Tivemos que desistir e voltar para casa com ligeiro sabor de derrota, apesar da vitória.

Até o final da adolescência, minha vida ainda era vivida predominantemente em Vassouras, para onde ia com frequência nos finais de semana. Eu ficava na casa da vizinha, Tetê, uma pessoa amada por todos nós, cujos filhos são amigos queridos até hoje. Era uma vida com liberdade de brincar na rua, andar a cavalo, de charrete e farra com os amigos. Jogar bola era uma de nossas atividades principais. Aliás, nos primeiros anos da minha vida, joguei futebol em todo o tipo de terreno: no paralelepípedo da minha rua, na quadra do SENAI, no campinho de terra do Dr. Mário, na praia, em frente à Duvivier, e no campo de grama da escolinha do Flamengo, na Gávea. Só não me tornei um craque da pelota por falta de talento. Tentei de tudo.

Vassouras foi, também, o cenário de todos os meus ritos de passagem da infância para a adolescência. Carnavais memoráveis nos bailes do Fluminense, onde toda a cidade e os veranistas do Rio se reuniam. Fazíamos um “esquentá” na varanda da minha casa, antes de sairmos para o clube. Baldes de cuba-libre tomados em casa, num tempo em que ninguém dava bola para jovens bebendo aos 15 ou 16 anos. Lembro-me

*image  
not  
available*

irmã e eu não teríamos a religião escolhida por eles, mas faríamos nossa própria opção ao amadurecermos. Crescemos, assim, frequentando igrejas e sinagogas nas festas da família de cada lado: batizados, circuncisões, primeira comunhão, *bar mitzvah* e casamentos. *Mazel tov*.

Sem ser religioso, sinto-me antropologicamente judeu, apesar de achar os Evangelhos mais inspiradores do que o Velho Testamento. Hoje em dia, tenho uma ligação com uma instituição de espiritualidade oriental chamada Brahma Kumaris, cujos escritos leio com frequência. A sede do grupo, na Europa, fica em Oxford, na Inglaterra. Já me encontrei duas vezes com a líder espiritual do grupo, Sister Jayanti. Trata-se mais de uma filosofia espiritual do que uma religião. Gosto de contar uma *boutade* a propósito da minha origem judaica. Em 1972, ao tempo em que eu jogava vôlei pelo CIB, houve o pavoroso atentado terrorista de Munique contra a delegação olímpica israelense. Nós íamos para os nossos jogos numa Kombi que tinha uma imensa estrela de David. Preocupada, minha mãe me disse: “Meu filho, não quero você naquela Kombi. Toma esse dinheiro e vai de táxi.” Porém, como bom judeu, eu guardava o dinheiro e ia de Kombi, mesmo, que era muito mais divertido.

Aos poucos, fui me apaixonando pelo Rio. Jogava bola e vôlei na praia, pegava onda em Copacabana (de peito ou de prancha de isopor, pois o surfe chegou um pouquinho depois) e comecei a fazer bons amigos. A propósito, um estudo feito em Harvard e divulgado em uma TED Talk bastante popular constatou que a principal fonte de felicidade é ter amizades e boas relações pessoais. Eu poderia ter adivinhado isso. No cursinho pré-vestibular, lá pelos 16, início dos 17 anos, comecei a namorar e a conhecer um pouco mais do mundo. Os costumes já tinham se flexibilizado um bocado, e a vida ficara mais livre e colorida. Aos poucos, comecei a conhecer o Brasil real e a me apaixonar pelo país.

*image  
not  
available*

história e pedimos que ele ligasse para o delegado que havia feito a intimação, e cujo nome e telefone nós tínhamos. Faoro fez a ligação, e o depoimento dos colegas transcorreu sem violência, apesar de altamente intimidatório. A polícia tinha fotos de todos nós, inclusive das nossas reuniões, bem como cópia dos panfletos e cartazes que usávamos.

Voltei à OAB algumas outras vezes. Li *Os donos do poder*, obra clássica de Faoro, e conversava eventualmente com ele, um intelectual de primeira linha. Nos tornamos algo próximo a amigos. Muitos anos depois, em 2003, ele mandou uma carta ao Presidente Lula dizendo que eu deveria ser um dos nomes indicados por ele para o Supremo Tribunal Federal, nas três vagas que se abriram logo no início do governo. José Paulo Sepúlveda Pertence levou a carta, junto com o Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, o Sig. Não era a minha hora. Anos depois, Sigmaringa teve um papel decisivo na minha nomeação pela presidente Dilma Rousseff. Sig foi embora dessa vida cedo e faz muita falta. Bom caráter, bom amigo, um sujeito exemplar.

De 1976 a 1978, eu estudava de manhã na UERJ e à noite na PUC. À tarde, procurava ler tudo o que podia, e não apenas direito. Lia história, ciências sociais, poesia, marxismo. E implicava com filosofia, psicologia, psicanálise. Obcecado pela transformação social, na fase juvenil do esquerdismo, eu achava que elas eram dispersões que desviavam o foco. Ah, a ignorância! Anos depois, tirei o atraso, lendo, com particular atenção e interesse, Aristóteles, Kant e Freud. Eu também era apaixonado por música popular brasileira. Tinha um grupo de amigos que tocava instrumentos e compunha. Eu tocava violão, mas com pouco talento. Mas cometi algumas letras naquele tempo. Nosso grupo chegou a ganhar o 1º e o 2º prêmio no festival sul-fluminense da canção. Uma das letras era minha: “Bons amigos”, se chamava.

Em 1978, tranquei o curso de Economia/Administração. Depois de

disciplina, para que eu estudasse e me preparasse para dar o curso no semestre seguinte, em uma das turmas da noite. Descobri, ali, que a amizade podia ser mais poderosa que a ideologia. E assim, por cinco anos, empenhei-me em ser professor de direito internacional privado, uma matéria rica e interessante, apesar de um pouco estranha. Em 1987, quando abriu uma vaga em direito constitucional, e a ditadura já ficara para trás, voltei às origens.

## Estados Unidos

Tive parte da minha formação ligada aos Estados Unidos, em momentos diferentes minha vida. Em 1973, após uma longa campanha de convencimento junto a meus pais, fui passar um semestre por lá, como estudante de intercâmbio. Eu ainda ia completar 15 anos e eles relutaram muito em aceitar a ideia. Venci pelo cansaço. Assim, em janeiro de 1973, embarquei em um avião 707 da Varig — sem autonomia para ir direto, lembro-me bem —, fretado pelo programa, que se chamava *Youth for Understanding*. Desembarcamos em Detroit, no estado de Michigan, onde fiquei dois dias à espera da família que viria me buscar. Inverno alto. Foi a primeira vez que vi neve, mas não precisava tanta.

Tive sorte em muitas coisas na vida, e esse foi mais um desses momentos. Fui parar numa família adorável — *the Brady's* —, que morava numa área quase rural, numa cidade chamada Saginaw. O lugar não tinha muitos atrativos, mas a casa em que fui morar, sim: uma pequena fazenda, com cavalos e uma ampla área de treinamento para *horse shows*, prática tradicional do interior norte-americano. Estudei numa escola que me parecia enorme — não confirmei a impressão

deveria ser. Fiz do lugar meu refúgio acadêmico, onde me escondo para escrever e estudar. Continuei a fazer isso mesmo depois de ir para o Supremo. Hoje, tenho uma posição na Harvard Kennedy School, de Senior Fellow. Dou palestras para os professores, para estudantes e para o *board* do Carr Center for Humans Rights Policy, ao qual sou afiliado. Considero que a universidade americana, em geral, é uma das principais instituições do país. Frequentemente copiamos dos Estados Unidos as coisas erradas.

## Brasília

Brasília foi uma descoberta apaixonante. Na verdade, eu quase já tinha ido parar lá, ainda bem menino. Meus pais chegaram a alimentar a ideia de começar a vida na nova capital, que fora fundada em 1960. Iriam de Vassouras para lá. Isso só não aconteceu porque meu pai foi aprovado no concurso para promotor de justiça a que já me referi, o que nos levou para o Rio de Janeiro. Houve uma geração de grandes nomes que foram para Brasília na primeira hora.

A primeira vez que fui à capital federal foi no início dos anos 80. Eu era assessor do saudoso e querido Hélio Saboya na presidência do OAB do Rio e, a pedido dele, havia preparado uma Representação de Inconstitucionalidade contra uma Emenda Constitucional proposta pelo governo João Figueiredo. Era um gesto puramente simbólico. Funcionava assim: a representação era dirigida ao Procurador-Geral da República (PGR), a quem cabia decidir acerca de apresentá-la ou não ao Supremo Tribunal Federal. Só que o PGR era nomeado pelo próprio Presidente da República e podia ser demitido sumariamente. Como consequência, a regra geral era que ele só entrava com a ação se fosse do

minha semana de trabalho envolvia dois a três dias em Brasília, regularmente. Comecei a fazer parceria e amizade com advogados locais, entre eles Eduardo Roriz, Kakay, Luiz Carlos Sturzenegger e Anna Maria Reis, entre outros. Fui aos poucos me apegando à cidade e às pessoas.

Houve um momento, aí por 2005, em que três pessoas próximas à nossa família foram vítimas de assalto à mão armada, com violência ou ameaça de violência no Rio, inclusive com ingresso nas residências. Disse à minha mulher que esses episódios estavam chegando muito perto de nós. Que talvez fosse o momento de pensarmos em criar nossos filhos em um lugar mais tranquilo. Luna estava com 11 anos e Bernardo com 8, idades em que ainda era relativamente fácil deslocá-los. Em breve, com o início da adolescência, tudo ficaria mais difícil. Tereza relutava, pois éramos próximos das nossas famílias, mas começou a levar o assunto a sério. Chegamos a considerar a alternativa de ir para Florianópolis, uma linda cidade, e fomos passar um fim de semana lá. Mas concluimos que haveria muitas dificuldades logísticas para eu me deslocar semanalmente para o Rio e para Brasília.

Convenci Tereza, assim, a passarmos um fim de semana em Brasília e visitarmos algumas casas. De novo, veio um sopro da sorte: na nossa primeira ida à cidade, encontramos uma casa que ficava num bonito terreno à beira do Lago Paranoá, que ela amou. O imóvel cabia no nosso orçamento e ela adorou o lugar. Pois então: fizemos a visita no sábado e fechamos negócio na segunda-feira, sem pestanejar. Decisão tomada. Começamos, então, os preparativos para a mudança. Estávamos no segundo semestre de 2005. Explicamos a ideia para nossos filhos, tivemos a preocupação de envolvê-los no planejamento e combinamos de irmos todos a Brasília conhecer a cidade e mostrar onde iríamos morar. Também visitamos o colégio no qual estudariam.



com a aposentadoria de Carlos Ayres Britto. Após muitos meses, houve uma aparente definição por um eminente professor da Universidade de São Paulo. Tirando o período em que estive fora ou em que estive doente, sempre que se abria uma vaga o meu nome era lembrado, para honra minha. Mas não havia chances de fato. A indicação, como regra, envolve algum grau de articulação de apoios políticos, e isso eu não tinha. Mais de uma vez recebi oferta nesse sentido, mas nunca aceitei. Embora a ideia de ir para o Supremo fosse lisonjeira, eu sempre a tratei com um certo fatalismo: se tiver que ser, será. Aliás, a vez que eu chegara mais próximo, antes da minha nomeação, foi em 2009. Telefonou-me Pedro Abramovay, hoje diretor para a América Latina da Open Society Foundations, à época Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. Ele havia sido levado para lá por Márcio Thomaz Bastos e foi mantido no cargo na gestão de Tarso Genro. Eu havia participado da banca examinadora de uma prova de seleção de trabalhos conduzida pela Secretaria e tínhamos estabelecido uma relação bacana.

Pedro me perguntou ao telefone, sem rodeios: “Professor, se o Presidente o convidasse para o Supremo, o senhor aceitaria?” Eu respondi: “Pedro, se o Presidente me convidar, eu aceito com muita honra. Mas de onde vem isso?” Ele me respondeu: “Estamos vivendo um certo impasse. O Advogado Geral da União, Ministro Toffoli, tem uma relação pessoal com o Presidente. O Presidente Sarney apoia o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, César Asfor Rocha. O Ministro Nelson Jobim apoia outro Ministro do STJ, Teori Zavascki. E o Ministro da Justiça, Tarso Genro, apoia o advogado trabalhista Roberto Caldas.” Fiz então a pergunta fatídica, antevendo a resposta: “E quem me apoia, Pedro?” Ele respondeu: “Ninguém. (Risos). Mas também não tem nenhuma rejeição.” Não se voltou mais ao assunto e o escolhido foi o

pensando: “O que será que estão dizendo de mim hoje?”

regime militar começaram a voltar ao país. Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, foi um dos primeiros, filiando-se ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), novo nome do MDB, que pretendia ser uma frente de oposição ao regime militar. Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, também retorna e começa a rearticular um novo partido. Luís Carlos Prestes, que fora a liderança maior do Partido Comunista Brasileiro por muitas décadas, regressa igualmente ao Brasil em final de 1979, mas entra em desavença com a direção do partido, passando a apoiar Brizola. O movimento sindical começa a se rearticular a partir do ABC paulista.

A liberdade partidária divide a oposição e os militantes de esquerda entre agremiações diversas: parte se aloca no PMDB, que aglutinou a oposição durante o período militar. Outra parte se junta a Brizola na criação do PDT (Partido Democrático Trabalhista), depois de perdida a sigla PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) para outro grupo político. E o PT (Partido dos Trabalhadores) é criado no início de 1980, já sob a liderança de Luiz Inácio da Silva, o Lula. Estávamos, ainda, sob o governo do General João Batista Figueiredo, sucessor de Geisel, escolhido em eleições indiretas nas quais o alto comando pesava mais que o colégio eleitoral. Mas a abertura política seguia o seu lento curso, com o exaurimento progressivo do regime militar.

O porão do sistema, porém, articulava sua reação. O inconformismo com a distensão democrática já fora manifestado com o envio de uma carta-bomba ao Conselho Federal da OAB, em 1980, bem como com o incêndio criminoso de bancas de jornais que vendiam publicações da imprensa alternativa. Agora, porém, a reação vinha sob forma mais odiosa: o plano era a colocação de bombas em um show de música popular que se realizava no Riocentro, no Rio de Janeiro, na noite do dia 30 de abril de 1981, em comemoração ao dia do trabalhador. Não se

que considerava.

Foi nesse cenário que o Deputado Federal pelo PMDB de Mato Grosso, Dante de Oliveira, apresentou uma proposta de emenda constitucional que instituía eleições diretas para Presidente da República. Não era possível antever, naquele momento, que este seria o estopim das maiores manifestações populares da história do Brasil até então. Na verdade, essa tentativa de acelerar a abertura política se tornara inevitável. Com a ampliação da liberdade de expressão e da liberdade partidária e com o retorno de políticos perseguidos durante o regime militar, os acontecimentos ganhavam um novo ritmo. Votar para Presidente da República passou a ser o novo mantra, as palavras de ordem que unificavam concorrentes viscerais, como Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Lula. Anteriormente à campanha pelas Diretas Já, outros movimentos de resistência ao regime militar haviam mobilizado a cidadania. Um deles foi a luta pela anistia, entre 1977 e 1978. Outro foi a reivindicação de uma Assembleia Nacional Constituinte, iniciado em 1978, endossado pela Ordem dos Advogados do Brasil na sua conferência nacional de 1980, em Manaus.

O fato, porém, é que a campanha pelas Diretas Já acendeu um rastilho de pólvora como nunca visto. Começou com pequenas e médias manifestações, em diferentes partes do país, a partir de Goiânia, em maio de 1983. Aos poucos, o movimento foi catalisando o sentimento popular, atraindo o descontentamento social causado por motivos diversos, como a limitação da liberdade, a falta de participação política e a desigualdade estrutural. Pequenas multidões começaram a se organizar em passeatas e comícios, que reuniam políticos, lideranças da sociedade civil, intelectuais, artistas e atletas renomados. Subitamente, todos estavam do mesmo lado, contra o regime militar, que definhava, mas, ainda assim, era forte o suficiente para impor o cronograma da sua

tendo como vice José Sarney. Receberam 480 votos, contra 180 dados a Maluf e 26 abstenções. O PT não apoiou a chapa de oposição e expulsou dos seus quadros os três parlamentares que votaram em Tancredo-Sarney.

A vida, no entanto, foi caprichosa. Na véspera da posse, o presidente eleito foi internado no Hospital de Base de Brasília com fortes dores abdominais. De lá não sairia com vida. Divulgou-se, falsamente, tratar-se de uma diverticulite, quando de fato era um tumor, embora benigno. Ao que se apurou posteriormente, o presidente teria sido vítima de uma sucessão de erros médicos. Seja como for, em 15 de março de 1985, José Sarney foi empossado como Presidente da República em exercício. Como dito, João Figueiredo, deselegantemente, não lhe passou a faixa presidencial. Sarney estava onde a história o colocou. Mas a ironia era cruel: o primeiro presidente civil, ao fim da ditadura, havia sido um dos próceres do regime militar.